

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: 01 (UMA) UNIDADE DE LÂMPADA DE DEUTÉRIO PARA DETECTOR PDA COMPONENTE DO DETECTOR PARA HPLC MODELO SPD-M20A

1 – PREÂMBULO

1.1. A **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE**, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 76.591.569/0001-30, localizada na Rua Desembargador Motta, 1070 – Água Verde – Curitiba/PR, por intermédio de seu Setor de Licitações, torna público o presente processo de **INEXIGIBILIDADE**, de acordo com o art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e regido pela mesma, diante das condições e do fundamento legal expressos no presente Edital.

1.2. O presente Edital de Inexigibilidade nº 002/2021, rege-se pelo disposto no art. 25, inciso I da Lei federal 8.666/ 1993 e legislação correlata, bem como pelas especificações, cláusulas e condições deste Edital e seus Anexos.

1.3. O pagamento das despesas será realizado com recursos financeiros oriundos do CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, firmado entre o Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro.

2 – DO OBJETO

2.1. O presente processo de Inexigibilidade tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DE LÂMPADA DE DEUTÉRIO PARA DETECTOR PDA COMPONENTE DO DETECTOR PARA HPLC MODELO SPD-M20A**, cujo descritivo técnico encontra-se detalhado no **ANEXO I** deste Edital.

3 – DO PARECER JURÍDICO

3.1. Com base no parecer jurídico anexo ao processo, a presente Inexigibilidade tem como fundamento o art. 25, inciso I da Lei 8.666/93, pois trata de fornecedor exclusivo, conforme Carta de Exclusividade datada de 17 de março de 2020 e válida até 31 de dezembro de 2021, apresentada pela Shimadzu Excellence in Science (Guiomar Torgan Gusmao Branco – Tradutor






SELIC – HPP

Folhas: _____

Responsável: SDL

Visto: 

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

juramentado), onde fica declarado que a empresa Shimadzu do Brasil Comércio LTDA é representante exclusiva para vendas, possui exclusividade de comercialização de todos os acessórios, peças e consumíveis necessários para os equipamentos mencionados (conforme Carta de Exclusividade anexa ao Processo de Inexigibilidade nº 002/2021).

4 – DA HABILITAÇÃO

4.1. Após análise dos documentos que compõem este processo pela Equipe Técnica responsável, observa-se que a empresa **SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA**, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.752.460/0001-56, detém as condições necessárias para o fornecimento do item descrito no ANEXO I do presente Edital.

4.2. Foram analisados os documentos abaixo da empresa SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA, os quais estão em conformidade com as exigências deste Edital, os documentos apresentados foram:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- c) Certidão Negativa de Débitos Federais e da Dívida Ativa da União.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011.
- g) Carta de Exclusividade.
- h) Declaração de cumprimento do art.7º, XXXIII da CF.
- i) Declaração de cumprimento dos critérios de qualidade Ambiental e sustentabilidade socioambiental.
- j) Declaração de ausência de relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro – Hospital Pequeno Príncipe, nos cargos de direção, gerencia, chefia.



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

5 – FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A formalização da contratação será realizada através de Contrato e emissão de Ordem de Compra, respeitando os descritivos, valores e prazos constantes nestes documentos.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O valor global da proposta de preços é de **R\$ 4.874,75 (Quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, conforme autorização do coordenador do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe, indicando que atende ao recurso financeiro disponibilizado pelo Termo de Fomento.

6.2. O pagamento do valor contratado será efetuado em até **15 (quinze) dias úteis após a entrega e/ou instalação do objeto**, condicionado à apresentação e aprovação da respectiva fatura/nota fiscal e ao cumprimento integral de todas as obrigações.

6.3. O pagamento será realizado via depósito bancário, devendo constar na nota fiscal:

- a) **Banco do Brasil**
- b) **Agência: 3320-0**
- c) **Conta Corrente: 18320-2**
- d) **Número do CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA;**
- e) **Número da Inexigibilidade nº 002/2021.**

6.4. O **CNPJ/MF** constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

6.5. Nenhum pagamento **será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta pelo órgão contratante**, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

6.6. Constatando-se irregularidades na documentação apresentada pela Contratada, a Contratante devolverá a nota fiscal para as devidas correções.

6.7. Ocorrendo à devolução da nota fiscal, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.





SELIC – HPP

Folhas: _____

Responsável: SDL

Visto:

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

7 – DA ENTREGA

7.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da retirada da Ordem de Compra (ou documento equivalente), para a entrega do objeto desta Inexigibilidade, totalmente às suas custas, no endereço indicado pela Contratante à época do chamamento para realizar o fornecimento.

7.2. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao Hospital Pequeno Príncipe, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, a entrega do objeto, via e-mail (sara.dias@hpp.org.br). O objeto não será recebido sem o prévio agendamento.

7.3. O Objeto deverá ser entregue na Avenida Silva Jardim, 1632, Água Verde, Curitiba/PR – Instituto Pelé Pequeno Príncipe, em dia e horário previamente convencionado com a CONTRATANTE.

7.4. Os custos referentes às despesas com transporte até o local de entrega, instalação e treinamento (caso necessário), serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

8 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

8.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses especificadas nos artigos 77 e 78, da Lei nº. 8.666/93.

8.2. Fica estabelecido o reconhecimento dos direitos da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE poderá aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87, da Lei nº. 8.666/93 e multa correspondente a 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE reserva-se no direito de revogar, anular ou transferir o presente processo de compra, em caso de interesse público.



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

9.2. A empresa se responsabiliza por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar à ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.

9.3. A CONTRATADA obriga-se a demonstrar, a qualquer tempo, o cumprimento das Leis e Regulamentos específicos, aplicáveis à comercialização do objeto desta Inexigibilidade.

9.4. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato a terceiros.

10 – FORO

10.1. Para todos os efeitos legais, as partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir dúvidas oriundas da aplicação deste Edital e seus Anexos.

11 – DOS ANEXOS

11.1. Integram este Edital os seguintes documentos anexos:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII DA CF

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

ANEXO VI – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI

ANEXO VII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS

Curitiba, 15 de fevereiro de 2021.



SARA DIAS LAGADINOF
Analista de Licitações



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

| ITEM 01 | | | | |
|--------------------------------------|----|---|-----------------------|--------------------|
| Qtde. | UN | Características e Especificações técnicas | Valor Unitário Máximo | Valor Total Máximo |
| 01 | UN | <p>LÂMPADA DE DEUTÉRIO PARA DETECTOR PDA COMPONENTE DO DETECTOR PARA HPLC MODELO SPD-M20A (SHIMADZU)</p> <p>Deve fazer parte da oferta da proposta do objeto todos os acessórios necessários para o pleno funcionamento, mesmo que não esteja listado na descrição.</p> <p>A proposta deverá estar acompanhada de catálogo demonstrativo do item.</p> | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 |
| COMPLEMENTAÇÃO DO DESCRITIVO TÉCNICO | | | | |
| PAGAMENTO: | | <p>O pagamento do valor contratado será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega e/ou instalação do objeto, condicionado à apresentação e aprovação da respectiva fatura/nota fiscal e ao cumprimento integral de todas as obrigações.</p> <p>O pagamento será realizado via depósito bancário, devendo constar na nota fiscal (Favor preencher na NF os dados bancários):</p> <p>a) Banco</p> <p>b) Agência:</p> <p>c) Conta Corrente:</p> <p>d) Número do CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA;</p> <p>e) Número da Inexigibilidade nº 002/2021.</p> | | |
| ENTREGA: | | <p>A CONTRATADA terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da retirada da Ordem de Compra (ou documento equivalente), para a entrega do objeto desta Inexigibilidade, totalmente às suas custas, no endereço indicado pela Contratante à época do chamamento para realizar o fornecimento.</p> <p>CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:</p> <p>A CONTRATADA deverá comunicar formalmente via e-mail (sara.dias@hpp.org.br), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas o prazo para entrega do objeto. O objeto não será recebido sem o prévio agendamento.</p> <p>A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do objeto, dentro da programação estipulada, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, totalmente às suas custas, no endereço:</p> <p>Avenida Silva Jardim, 1632, Água Verde, Curitiba/PR – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.</p> | | |

Nos preços cotados, deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.

A verificação das condições do objeto ficará a cargo do colaborador designado pela Associação

REQUISITOS LEGAIS:

O fornecedor deverá atender a todos os requisitos e normas legais, seja em âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

OBSERVAÇÕES: O fornecedor fica ciente de que, se as análises não seguirem ao padrão de qualidade proposto pela Associação, estas deverão ser repetidas pelo fornecedor, sem custos à Instituição;

- Atentar-se ao campo de Observações em cada descritivo técnico.



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

REF: INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021

Prezado(s),

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas da Inexigibilidade nº XXX/2021, cujo objeto é a aquisição de XXXX, conforme especificações técnicas constantes do **ANEXO I deste Edital**, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, vem apresentar a seguinte proposta de preços.

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

Razão Social:

CNPJ e Inscrição Estadual:

Representante e Cargo:

Carteira de Identidade e CPF:

Endereço e Telefone:

E-mail de Contato:

Conta Corrente nº _____ Agência nº _____ Banco _____

| ITENS | | | | |
|-------|----|-------------------------|----------------------|-------------------|
| Qtde | UN | Descrição/Especificação | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
| XX | UN | | R\$ | R\$ |

Valor Total do Item: R\$ xxx () – soma de todos os itens.

PREÇO: () - (Deverá ser cotado, preço unitário e total de cada Item, de acordo com o ANEXO I do Edital. Não serão aceitas Propostas de Preços cotadas em moeda estrangeira.)

- O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os serviços de entrega, incidentes sobre o fornecimento, frete, instalação, benefícios e todos os custos, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.
- Declaro, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso nossa proposta não seja aceita pela Associação, seja qual for o motivo.
- 3. O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa).**
- Declaro ciência de que a contratação dar-se-á mediante a emissão de Ordem de Compra.
- Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos.

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Local, ___ de _____ de 2021.

Assinatura Responsável Legal pela Proposta





SELIC – HPP

Folhas: _____

Responsável: SDL

Visto: 4/5

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CF

À

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

REF: INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021

....., inscrito no CNPJ nº , sediada, (endereço completo), **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

Local, ___ de _____ de 2021.

Representante Legal
(Carimbo da Empresa)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





SELIC – HPP

Folhas: _____

Responsável: SDL

Visto:

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE
QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL**

À
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
REF: INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021

Para fins de participação na licitação (indicar o nº. registrado no Edital), o(a) (nome completo do concorrente), CNPJ, sediada(o) (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, notadamente o Decreto Estadual nº. 6.252, de 22 de março de 2006, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Local, __ de _____ de 2021.

Representante Legal
(Carimbo da Empresa)





SELIC – HPP

Folhas: _____

Responsável: SDL

Visto: 45

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

À

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

REF: INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021

....., inscrito no CNPJ n o, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade noe do CPF no, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins da aquisição do objeto dessa inexigibilidade, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE**, nos cargos de direção, gerência, chefia.

Local, ___ de _____ de 2021.

Representante Legal
(Carimbo da Empresa)



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

ANEXO VI – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ



CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que nesta Secretaria da Sétima Vara Federal, Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, revendo os autos de **AÇÃO ORDINÁRIA nº 2001.70.00.009675-7**, autuados em 05.04.2001 em que figura como autor **Associação Hospitalar de Proteção a Infância Doutor Raul Carneiro — Hospital Pequeno Príncipe** e como ré a **União Federal** tendo por objeto o pedido de antecipação da tutela e posterior confirmação em sentença no sentido de que seja declarada a inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento do Imposto sobre Importação — II e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, incidentes sobre as aquisições de bens por ela efetuadas no mercado interno ou externo, destinados à composição de seu ativo fixo ou imobilizado. Certifico, que foi proferida r. sentença julgando procedente o pedido, oportunidade em que a antecipação da tutela foi analisada e deferida. Inconformada, a União apelou sendo que a Segunda Turma do TRF da 4ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial. Certifico ainda que o v. acórdão transitou em julgado em 02.04.2002. Certifico, finalmente, que os autos encontram-se em Secretaria aguardando conclusão para despacho. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.** Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dois. Eu, *Anderson Alves de Lana*, Supervisor de Processamento, a digitei, e eu, *Leandro José da Silva*, Diretor de Secretaria, a conferi e subscrevi.



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2012020
CONVÊNIO 023/2017 – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

ANEXO VII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA**

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA - PROJUDI

**Rua Padre Anchieta, 1287 - 2ª andar - Champagnat - Curitiba/PR - CEP: 80.730-000 -
Fone: (41) 3561-7956**

Processo: 0001215-47.2001.8.16.0004

Classe Processual: Execução Contra a Fazenda Pública

Assunto Principal: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Valor da Causa: R\$5.000,00

Exequente(s): ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

Executado(s): ESTADO DO PARANÁ

FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO EXPLICATIVA

CERTIFICO, para os devidos fins que tramitam nesta secretaria, no sistema de processo eletrônico (PROJUDI) o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO com PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (atualmente em fase de Execução contra a Fazenda) sob nº 0001215-47.2001.8.16.0004 (nº de distribuição 635 de 06/04/2001) e número físico antigo 308/2001, ajuizada por ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO em face de ESTADO DO PARANÁ, cujo valor dado à causa em petição inicial foi de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

CERTIFICO AINDA que:

I – Conforme pedido constante da inicial (fls. 20 dos autos físicos – mov. 1.4 dos autos virtuais) buscou a parte autora com a presente medida a declaração judicial de inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuadas pela Autora, seja no mercado interno ou externo, destinados a composição de seu ativo fixo (patrimônio).

II – Em sede de antecipação de tutela o pedido não foi deferido, no entanto foi proferida sentença de procedência, cuja a parte dispositiva segue transcrita (04/04/2002 fls. 166/171 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais):

“... ”

Isto posto, julgo procedente o pedido, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuados pela autora, no mercado interno e externo, dedicados à composição de seu ativo fixo (patrimônio).

Condeno o Estado requerido ao pagamento de das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios os quais arbitro em R\$800,00...”

VI – Em sede de Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0130324-6 (10/12/2002 fls. 358/367 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais), houve modificação parcial da sentença, apenas no tocante ao valor dos honorários advocatícios, conforme ementa a seguir:

“ICMS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL. ENTIDADE DE Na forma do art.

150, inc. VI, alínea c, da CF/88, está imune ao ICMS a entidade de assistência social.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONDENATÓRIA. SENTENÇA NÃO CONDENATÓRIA.

Não se tratando de sentença condenatória, a fixação dos honorários advocatícios deve obedecer ao § 4º do art. 20 do CPC. Neste caso, é imperioso seja observada a natureza da demanda, considerando-se sobretudo o aspecto de tratar-se de matéria complexa ou, de outro lado, de tema que tenha sido objeto de copioso volume de julgados, bem como o fato de a demanda não ter necessitado de produção de provas periciais ou da realização da audiência de instrução, o que determinará a fixação da verba advocatícia em patamar nem excessivo, nem diminuto, muito menos aviltante.

... De consequente, é provido o apelo da Autora para o fim de ser estatuída na quantia de (fls. 367 dos autos físicos, R\$2.000,00 (dois mil reais) os honorários advocatícios.” mov. 1.7 dos autos virtuais.”

VII – Ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Paraná, foi negado seguimento 130.324-6/01 (1º/12/2003 fls. 404 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal (certidões de fls. 408/411 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Não consta dos autos virtuais a decisão do Agravo de Instrumento, no entanto em consulta ao site do STF identifiquei o recurso autuado sob o nº AI 504650, ao qual foi negado seguimento, cuja certidão transitou em julgado em 2004, conforme tela de consulta anexa;

VIII – O feito atualmente está em fase final de cumprimento de sentença (Execução contra a Fazenda Pública), tendo sido pagos os valores devidos pelo Estado do Paraná e inclusive levantados os valores pela parte exequente (mov. 1.92/1.93). Quanto aos valores devidos aos Procuradores do Estado do Paraná a título de honorários (decorrentes da sentença dos embargos à execução – mov. 1.24), estes também já foram levantados, conforme petição e documentos de mov. Seq. 31.

IX – Em complemento à certidão de mov. Seq. 37.1, informo que nesta data o ESTADO DO PARANÁ foi intimado para manifestar-se ante o cálculo de custas remanescentes.

ERA SOMENTE O QUE ME FOI PEDIDO PARA CERTIFICAR. DOU FÉ.

Curitiba, 27 de novembro de 2015.

Léa Cristina de Carvalho Sutil

Técnica Judiciária

